

Decreto cria a Comissão

Arquivo

O decreto que cria a comissão para elaborar o esboço do anteprojeto da nova Constituição, a ser levado a debate público, já está praticamente redigido e aguarda apenas a aprovação do presidente Tancredo Neves, segundo anunciou ontem o ministro da Justiça, Fernando Lyra. Hoje, o ministro mantém reunião-almoço com o conselho político do governo, junto com lideranças do Partido da Frente Liberal, para discutir outro assunto dado como prioritário pelo governo: a reforma político-partidária.

Fernando Lyra disse que o esboço que cria a comissão da Constituinte já foi, inclusive, revisado pelo jurista Afonso Arinos. Segundo ele, a idéia é de que o debate em torno do arcabouço da nova Constituição seja o mais amplo possível, com a participação de membros de entidades civis, embora inicialmente a idéia seja de que "participem pessoas das entidades, e não as entidades em pessoa". Exemplificando, o ministro disse que devem participar "sindicalistas, e não sindicatos", para explicar em seguida que o objetivo é não burocratizar demais o debate, uma vez que a participação de entidades poderia, por exemplo, ensejar a necessidade de assembleias para deliberação de determinado ponto em discussão, o que atrasaria os trabalhos.

A formação da comissão não significará um entrave no trabalho do Congresso Nacional no que diz respeito à votação de matérias em tramitação ou no chamada "remoção de entulhos" da Constituição, oriundos do período de exceção. A comissão não apenas atuará junto ao Congresso no debate da formação da Constituinte como também promoverá debates posteriores junto à sociedade em torno das mudanças a serem propostas.

Embora o decreto ainda não tenha sido divulgado, sabe-se que há uma tendência no sentido de que essa comissão funcione em sede nos estados, e não apenas em Brasília. Desta forma, afóra a instalação e o encerramento dos trabalhos, que se darão no Ministério da Justiça, o funcionamento da comissão será itinerante de modo a levar o debate aos demais Estados.

Reforma partidária

O ministro Fernando Lyra reúne-se hoje com o conselho político do governo (senadores Fernando Henrique Cardoso, líder no Congresso, e Humberto Lucena, líder no Senado, e o líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga) para um debate em torno de pontos que possam ser considerados polêmicos no que diz respeito à reforma político-partidária. A idéia, segundo Fernando Lyra, é se aprovar logo no Congresso tudo o que representar um consenso, deixando por último as matérias que exijam uma "negociação mais global". No entanto, segundo observou, somente a partir dessa reunião de hoje, com a participação de lideranças da Frente Liberal, será possível ter uma idéia mais clara de quais as matérias que já representam consenso. Um dos temas mais polêmicos diz respeito à sublegenda, cuja manutenção já foi defendida pelo presidente Tancredo Neves mas vem merecendo severas críticas por parte da oposição.

Emperramento

Com a agenda preenchida por audiências com parlamentares, o ministro Fernando Lyra acentuou ontem a importância de a Pasta ser ocupada por alguém com vivência parlamentar, de maneira a que seja executado o trabalho de coordenação política do governo. Ele observou que, mesmo considerando-se que o setor político não necessita de tecnologia avançada, observa-se uma defasagem muito grande com relação à dinâmica do processo econômico, "o que exige uma atenção enorme". Lyra observou ser fundamental que o Congresso se "reequipe para acompanhar a dinâmica do processo econômico", que é muito rápido, acentuando ainda que nos últimos anos houve uma quebra nessa dinâmica devido à falta de integração entre o Executivo e o Legislativo. "A sensação — observou — é de que o Legislativo fica esperando pelo Executivo, ao mesmo tempo em que o Executivo estava acostumado a não valorizar a iniciativa congressual". Essa reintegração permitirá agora dar nova dinâmica ao processo, enfatizou.

da Constituinte

J. França

1983/85, TERÇA-FEIRA • 5